IMOPETRO-IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS- 31 DE DEZEMBRO DE 2017

<u>ÍNDICE</u>	<u>PÁGINAS</u>
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	1 – 4
BALANÇO	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	6
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7 - 31



Ernst & Young Limitada Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179 Caixa Postal 366, Maputo Moçambique Tel: +258 21 35 3000 Fax: +258 21 32 1984 Email: ernst.young@mz.ey.com NUIT:400 006 245 www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Sócios da

IMOPETRO - IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Imopetro - Importadora Moçambicana de Petróleos, Limitada, (a Empresa), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017 e a Demonstração dos resultados relativa ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro relativo ao ano findo naquela data, de acordo com Plano Geral de Contabilidade para as Pequenas e demais Empresas (PGC-PE).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota introdutória das demonstrações financeiras, a qual refere que, em 28 de Dezembro de 2012, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto nº 45/2012 ao abrigo do qual é alterada a estrutura accionista da Empresa, passando a empresa Petróleos de Moçambique (PETROMOC, S.A.) a ter o direito de deter, no mínimo, 51% do Capital social da IMOPETRO, Lda. Contudo, até à data do presente relatório, a referida alteração continua a não se encontrar formalizada.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Pequenas e demais Empresas (PGC-PE), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.



Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percepcionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG, LDA.

Sociedade de Auditores Certificados

Representada poredias Muianga n. .

Eduardo Jorge Creio da Costa Caldas (Auditor Certificado nº 33)

Maputo, 05 de Março de 2018



IMOPETRO - IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Meticais)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Notas	31-Dez-2017	31-Dez-2016
ACTIVO			
Activos não correntes			
Activ os tangív eis	5	14.123.428	10.927.485
		14.123.428	10.927.485
Activos correntes			
Clientes	6	8.755.842	18.605.266
Outros activos financeiros	7	3.114.045	19.238.517
Outros activos correntes	8	6.552.838	1.920.510
Caix a e bancos	9	20.302.321	22.220.078
	,	38.725.047	61.984.370
TOTAL DO ACTIVO		52.848.474	72.911.856
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	8		
Capital próprio			
Capital social	10	2.266.666	2.266.666
Acções próprias	10	(23.333)	(23.333)
Reservas	10	11.803.262	11.803.262
Resultados transitados	10	15.120.595	12.226.670
Resultados líquido do exercício		(6.833.644)	2.893.925
Total do capital próprio		22.333.545	29.167.189
Passivos não correntes			
Empréstimos obtidos	11	1.415.356	1.395.632
		1.415.356	1.395.632
Passivos correntes			
Provisões	12	ž.	11.854.980
Empréstimos obtidos	11	1.906.828	776.600
Outros passivos financeiro	13	25.612.220	19.445.923
Outros passivos correntes	14	1.580.526	10.271.532
		29.099.573	42.349.035
TOTAL DO PASSIVO		30.514.929	43.744.667
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		52.848.474	72.911.856

O TÉCNICO DE CONTAS

Marlitro Sdemare

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras. Petroleos



IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Notas	2017	2016
Rendimentos			
Prestação de serviços	15	71.331.655	81.654.491
Outros rendimentos operacionais	18	1.821.074	12.038
	-	73.152.728	81.666.529
Gastos	-		
Gastos com o pessoal	16	41.162.657	39.344.679
Fornecimento e serviços de terceiros	17	28.928.149	33.919.826
Amortizações e reintegrações do exercicio	5	4.968.311	3.636.612
Ajustamentos de contas a receber	6	6.840.322	1.150.493
Reversões do exercício	6	-	(135.319)
Provisões do período	12	5.0	11.854.980
Reversões de provisões	12	(11.854.980)	-
Outros gastos operacionais	18	11.920.402	686.324
	-	81.964.861	90.457.595
Resultados operacionais	-	(8.812.133)	(8.791.066)
Rendimentos e gastos financeiros	19	4.322.566	14.014.029
Resultado antes do imposto	-	(4.489.567)	5.222.963
Imposto sobre o rendimento	20	(2.344.077)	(2.329.038)
Resultado líquido do exercício	_	(6.833.644)	2.893.925

O TÉCNICO DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

peculitro Sileman

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras Petro-eos



(Montantes expressos em Meticais)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Bases de preparação	9
2. Principais politicas contabilisticas	10
3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos	14
4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros	15
5. Activos tangíveis	15
6. Clientes	16
7. Outros activos financeiros	17
8.Outros activos correntes	18
9. Caixa e bancos	18
10. Capital próprio	20
11. Empréstimo obtidos	22
12. Provisões	23
13. Outros passivos financeiros	23
14. Outros passivos correntes	24
15. Prestação de serviços	25
16. Custos com o pessoal	25
17. Fornecimentos e serviços de terceiros	26
18. Outros rendimentos e gastos operacionais	26
19. Rendimentos e gastos financeiros	27
20. Imposto sobre o rendimento	27
21. Partes relacionadas	28
22. Compromissos e contingências	30
23. Acontecimentos após a data de balanço	31



(Montantes expressos em Meticais)

Nota introdutória

A IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LDA, (doravante designada por IMOPETRO ou simplesmente Empresa) foi constituída por escritura pública de 5 de Novembro de 1998, sob a forma de sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada e tem a sua sede social em Maputo.

Nas suas funções de operadora de importações de produtos petrolíferos, a sociedade regia-se pelo Decreto nº 1/97 de 28 de Janeiro de 1997, ao abrigo do qual a sociedade foi constituída e definia o regime a que ficavam sujeito as actividades de distribuição e comercialização de produtos petrolíferos e a fixação dos seus preços em Moçambique.

Em 28 de Dezembro de 2012, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto nº 45/2012 ao abrigo do qual é alterada a estrutura accionista da Empresa, passando a empresa Petróleos de Moçambique (PETROMOC, S.A.) a ter o direito de deter, no mínimo, 51% do capital social da IMOPETRO. Lda.

No âmbito do Decreto nº 45/2012, a Operadora de Aquisições de Combustíveis Líquidos (IMOPETRO, Lda), sob supervisão da Comissão de Aquisições de Combustíveis Líquidos (CACL), tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar os planos de aquisição e suas propostas de revisão;
- b) Mobilizar os fundos necessários para cumprimento dos programas de aquisição;
- Preparar os cadernos de encargos, lançar os concursos, avaliar as propostas, propor a selecção dos fornecedores, negociar e assinar os contratos para a intermediação financeira das aquisições;
- Negociar os termos de utilização dos fundos em moeda externa para pagamento das importações, as cartas de crédito, garantias bancárias e outras operações bancárias necessárias para as importações;
- Negociar e contratar os serviços de agentes, operadores de transportes e manuseamento de produtos petroliferos, de seguradoras, inspectores e despachantes e de quaisquer outras entidades cuja intervenção seja necessária;
- f) Confirmar os embarques e assegurar todas as acções e acompanhamento, desde o ponto de origem até à entrada dos produtos em armazém, procedendo às notificações, avisos e reclamações que se impuserem em cada caso;
- g) Efectuar a coordenação entre as distribuidoras e:
 - as instituições financeiras para efeitos dos pagamentos devidos pelas importações;
 - (ii) as Alfândegas para todos os trâmites relacionados com os despachos dos produtos e os pagamentos das imposições aduaneiras devidas;
 - quaisquer outras entidades intervenientes nos processos de aquisição para articulação das respectivas acções e pagamentos inerentes.



(Montantes expressos em Meticais)

Cabe ainda a Operadora de Aquisições de Combustiveis Liquidos (IMOPETRO, Lda), sob supervisão da Comissão de Aquisições de Combustiveis Liquidos (CACL), o seguinte:

- a) Pesquisar sistematicamente os mercados nacionais e internacionais por forma a manter informações completas e actualizadas sobre os preços internacionais e outros elementos relativos ao fornecimento de produtos petroliferos, em termos actuais e prospectivos e sobre todos os potenciais fornecedores; Obter periodicamente das distribuidoras as informações necessárias para comprovar as suas quotas de mercado e possíveis necessidades adicionais;
- Recolher, compilar e divulgar periodicamente os dados estatísticos específicos respeitantes às aquisições e comercialização por parte de cada distribuidora e sobre os preços internacionais.

A Operadora de Aquisições de Combustíveis Líquidos (IMOPETRO, Lda) deve coordenar as aquisições dos montantes em moeda externa que as distribuidoras necessitam para o pagamento das facturas de importação relevantes, junto do banco ou bancos selecionados para efectuar a intermediação financeira das importações de combustíveis líquidos, ou junto do operador do sindicato bancário respectivo.

A Operadora de Aquisições de Combustíveis Liquidos (IMOPETRO, Lda) deve reportar ao Ministério que superintende a área da energia:

- a) Informação sobre as encomendas, certificados de origem e chegada de produtos petrolíferos;
- b) Informações diárias dos preços internacionais;
- c) Informação sobre os pagamentos aos fornecedores; e
- d) Outras informações solicitadas pelo Ministério que superintende a área da energia.

1. Bases de preparação

Em cumprimento do número 2 do artigo 6.º do Decreto 70/2009, de 22 de Dezembro, a IMOPETRO adopta, desde 1 de Janeiro de 2011, o Plano Geral de Contabilidade para as Pequenas e demais Empresas (abreviadamente designado por PGC-PE).

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2017, foram preparadas em conformidade com o PGC-PE e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas. As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acrescimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras, não foi derrogada qualquer disposição do PGC-PE e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-PE exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilisticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.



(Montantes expressos em Meticais)

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira da IMOPETRO com referência a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, sendo apresentadas em Meticais, arredondados ao Metical mais próximo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 16 de Março de 2018 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Sócios agendada para 15 de Março de 2018.

2. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pela IMOPETRO nas suas operações e demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. No que se refere às quantias a pagar e a receber não correntes, as correspondentes diferenças de câmbio deverão ser reconhecidas nas contas de diferimentos, quando existam expectativas razoáveis de que o ganho ou a perda são reversíveis. Posteriormente, e à medida que os pagamentos ou recebimentos forem realizados, far-se-à a sua transferência para rendimentos ou gastos consoante exista ganho ou perda efectivos.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2017		2016	
	Сотрга	Venda	Compra	Venda
Euro	69,74	71,13	73,77	75,27
Dólares Norte Americanos	58,20	59,36	70,00	71,42
Randes Sul Africanos	4,71	4,80	5,14	5,24

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela IMOPETRO no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Se a quantia registada de um activo é aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento è reconhecido no capital próprio numa componente designada excedente de revalorização. O aumento será reconhecido nos resultados, até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo anteriormente reconhecido nos resultados.



(Montantes expressos em Meticais)

Se a quantia registada de um activo é reduzida em resultado de uma revalorização, a redução é reconhecida nos resultados; contudo, a redução será reconhecida directamente no capital próprio como excedente de revalorização até ao limite de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse activo.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a IMOPETRO. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada de acordo com o método das quotas constantes, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

	Taxa anual (%)
Equipamento de transporte	25%
Mobiliario, equipamento adminnistrativo e social	10 - 16,66%
Ferramentas e utensilios	10 - 16,66%

A IMOPETRO efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilisticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilistico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. A Empresa procede à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda liquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

c) Locações

Na determinação de se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para a IMOPETRO todos os riscos e vantagens decorrentes da detenção do activo em causa, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2 (b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados aos exercícios a que se referem.

Nas focações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.



(Montantes expressos em Meticais)

d) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para a IMOPETRO e podem ser mensurados com fiabilidade.

e) Provisões

A IMOPETRO constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

f) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a IMOPETRO tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

g) Imparidade de itens não monetários

A Empresa avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenham ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a IMOPETRO estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a IMOPETRO reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

h) Reconhecimento do rédito

O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido na demonstração dos resultados quando os referidos serviços são prestados.



(Montantes expressos em Meticais)

i) Reconhecimento de gastos e rendimentos

A IMOPETRO regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

j) Ajustamentos de contas de activo

Quando se considerar que os activos a seguir identificados estão registados por uma quantia superior ao valor que se espera recuperar, tais activos devem ser reduzidos através dos correspondentes ajustamentos

Créditos de cobrança duvidosa

Quando houver expectativas de que os créditos não serão recebidos, deve ser reconhecido um ajustamento correspondente ao respectivo risco de incobrabilidade.

k) imposto sobre o rendimento

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

O imposto sobre o rendimento corrente é reflectido nos resultados do exercício.



(Montantes expressos em Meticais)

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilisticos

Na preparação das demonstrações financeiras da IMOPETRO exige que o Conselho de Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

O PGC-PE estabelece um conjunto de políticas contabilisticas que requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilisticas utilizadas pela IMOPETRO são analisadas como seque:

Imparidade de contas a receber

A IMOPETRO reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas do Conselho de Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, a IMOPETRO efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

A IMOPETRO considera que a imparidade determinada com base na metodología apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis

A IMOPETRO reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis

Os activos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podendo resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Empresa.

Provisões para litigios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que a IMOPETRO é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda do Conselho de Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.



(Montantes expressos em Meticais)

Impostos

O imposto sobre o rendimento é determinado pela IMOPETRO com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Empresa sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptivel de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal da IMOPETRO durante um período de 5(cinco) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS, IRPC e IVA, eventuais correcções.

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que a IMOPETRO se encontra sujeita, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilisticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem a reexpressão das quantias comparativas.

5. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangiveis é analisado como segue:

	31-Dez-2016	Aumentos	Abates/ alienações	Trasnferências/ ajustamentos	31-Dez-2017
Custo de aquisição					
Equipamento de transporte	13.328.694	776.560	-	-	14.105.254
Mobiliário equipamento administrativo e social	5.533.261	6.203.160	-	-	11.736.421
Ferramentas e Utensilios	8.073	-	-	-	8.073
-	18.870.028	6.979.720	•	-	25.849.748
	31-Dez-2016	Amortizações do exercício	Abatesi alienações	Trasnferèncias/ ajustamentos	31-Dez-2017
Amortizações acumuladas					
Equipamento de transporte	4.929.102	3.470.035	(1.184.533)	-	7.214.604
Mobiliário equipamento administrativo e social	3.005.368	1.498.276	-	-	4.503.644
Ferramentas e Utensílios	8.073		-	-	8.073
- -	7.942.542	4.968.311	(1.184.533)	-	11.726.321
Valor líquido	10.927.485			-	14.123.428



(Montantes expressos em Meticais)

_	31-Dez-2015	Aumentos	Abates/ alienações	Trasnferências/ ajustamentos	31-Dez-2016
Custo de aquisição					
Equipamento de transporte	9.330.482	6.104.712	(2.106,500)	-	13.328.694
Mobiliário equipamento administrativo e social	7.029.920	1.398.502	(2.895.161)	•	5.533,261
Ferramentas e Utensilios	8,073	-		•	8.073
-	16,368.475	7.503.214	(5.001.661)		18.870.028
	31-Dez-2015	Amortizações do exercício	Abates/ allenações	Trasnferências/ ajustamentos	31-Dez-2016
Amortizações acumuladas					
Equipamento de transporte	3.539.485	3,049,815	(1.660.198)	-	4.929.102
Mobiliário equipamento administrativo e social	5,313,732	586.797	(2.895.161)	-	3.005.368
Ferramentas e Utensilios	8.073	-	-	•	8.073
-	8,861.290	3.636.612	(4.555,359)	-	7.942.542
Valor liquido	7.507.186				10.927.485

O aumento na rubrica Equipamento de transporte está relacionado com a aquisição, em regime de locação financeira, de uma viatura marca Nissan Hardbody, com chapas de inscrição AFW 227 MP.

O aumento ocorrido na rubrica Mobiliário, equipamento administrativo e social refere-se à aquisição e instalação de um servidor.

6. Clientes

Esta rubrica apresenta os seguintes saldos:

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Vidagás	-	135.319
Mobil Oil Moçambique	319.180	319.180
Petrogal de Moçambique, Lda	774.994	1.711.500
PESS Petromoc & Sasal, SARL	1.007.951	509.842
Ex or Petroleum Moçambique, Eda	718.886	713.886
Mocargo	6.121.436	6.121.436
Petromoc, SARL	1.007.719	2.789.532
BP Moçambique, Lda	*	1.704.178
Engen Petroleum Moçambique	91.665	-
Puma Energy	1.151.267	358.050
Martest Cambria	-	2.369.909
Glencore Energy UK Ltd	2.523.910	3.035.631
Total Moçambique, SARL	2.028.009	1.781.924
Trafigura Beheer BV	2.633.893	-
Outros	152.010	519.940
•	18.530.918	22.070.326
Imparidade acumulada em saldos de contas a receber	(9.775.076)	(3.465.060)
	8.755.842	18.605.266



(Montantes expressos em Meticais)

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o movimento verificado nas perdas por imparidade acumuladas, apresenta-se como segue:

	31-Dez-2017	31-Dez-2016	
1 de Janeiro	3.465.060	2.449.886	
Reforço	6.840.322	1.150.493	
Reversões de contas a receber		(135.319)	
Utilização	(530.306)	-	
31 de Dezembro	9.775.076	3.465.060	

7. Outros activos financeiros

O saldo desta rubrica inclui:

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
ICOR-Instituto do Coração	500 000	500 000
Tribunal Judicial de Nampula	1.922.480	18.604.517
Outros	134.000	134.000
Devedores trabalhadores		
Armando Pedro Chissico	305.814	-
João Francisco Macandja	142.452	-
Outros	109.300	•
	3.114.045	19.238.517

O saldo a receber do ICOR, corresponde à caução paga pelos serviços de assistência medica e medicamentosa a favor dos colaboradores e familiares segurados.

O saldo do Tribunal Judicial de Nampula, corresponde ao remanescente do montante a ser devolvido à Empresa, referente ao valor global de penhoras executadas nas contas bancárias da Empresa, no montante de 18.604.517 Meticais, relacionadas com o processo judicial interposto pela G.S. Holdings, Lda. contra a Imopetro, líquido do montante da condenação da Empresa de 10.775.942 Meticais, acrescido de custas judiciais, no montante de 396.574 Meticais e do montante de 5.509.521 Meticais, devolvido à Imopetro em resultado do desfecho do processo (Nota 12 e 18).



(Montantes expressos em Meticais)

8.Outros activos correntes

O saldo desta rubrica apresenta-se como segue:

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
<u>Estado</u>		
VA a recuperar		297.695
Acréscimos e diferimentos		
Cartrack, Lda	68.476	61.345
Domus	78.855	78.855
Platts	1.816.589	1.197.031
Impar Seguro	170.582	133.505
Rendimentos diferidos	3.920.310	•
Antecipação de férias	226.512	-
Outros	271.514	152.079
	6.552.838	1.622.815
	6.552.838	1.920.510

Os rendimentos diferidos estão relacionados com a especialização de proveitos referentes a serviços prestados no âmbito de importação de combustíveis, cujos processos foram concluídos e facturados aos clientes respectivos em Janeiro de 2018.

9. Caixa e bancos

Caixa e bancos apresentam-se como segue:

31-Dez-2017	31-Dez-2016
34.771	27.437
17.685.550	19.492.641
2.582,000	2.700.000
20.302.321	22.220.078
	34.771 17.685.550 2.582.000



(Montantes expressos em Meticais)

A rubrica de caixa e bancos por moeda decompõe-se da seguinte forma:

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Meticais	15.626.544	13.675.569
Dólares Norte-Americanos	4.675.776	8.544.509
	20.302.321	22.220.078
Os depósitos à ordem decompõem-se da seguinte forma:	The state of the s	

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Saldos em moeda nacional		
BCI	12.306.833	11.639.109
Millennium Bim	1.284,941	9.023
	13.591.774	11.648.132
Dólares Norte-Americanos		W. 80 - 1 N
BCI	4.092.622	7.844.509
Millennium Bim	1.154	•
	4.093.776	7.844.509
	17.685.550	19.492.641

A rubrica de depósitos a prazo compreende:

Banco	Conta nº	Moeda	Data de constituição	Data de vencimento	Taxa de Juro	31-Dez-2017	31-Dez-2016
BCI	147003621004	MZM	03-12-2013	02-12-2017	15,00%	2.000.000	2.000.000
BCI	147003621001	USD	13-07-2010	11-07-2017	0,25%	582.000	700.000
					-	2.582.000	2.700.000



(Montantes expressos em Meticais)

10. Capital próprio

10.1 Capital social

O capital social da IMOPETRO encontra-se integralmente subscrito e realizado pelos seguintes sócios:

Titular das quotas Petrogal de Moçambique, Ida	400.000	
Petronal de Mocambique Ida	400.000	
r dangar de intogamarque, toa	133.333	5,88%
Bp Moçambique, ida	133.333	5,88%
Pess-Petromoc e Sasol, sarl	133.333	5,88%
Shell Moçambique, Ida	133.333	5,88%
Engen Petroleum Moçambique	133.333	5,88%
Petromoc-Petroleos de Moçambique	133.333	5,88%
Total Moçambique, Sarl	133.333	5,88%
Petrogas, Ida	133.333	5,88%
Boc Gases Moçambique, Ida	133.333	5,88%
Vidagas, Ida	133.333	5,88%
Ex or Petroleum (moc) Ida	133.333	5,88%
Mocacor-distrb.de combustiveis	133.333	5,88%
Mobil oil Mocambique, Ida	133.333	5,88%
Sasol oil Mocambique, Ida	133.333	5,88%
Ener Invest, sa	133.333	5,88%
IPM-Independent Petroleum Moçambique	133.333	5,88%
Puma Energy	30.000	1,32%
African Petroleum, Ida	30.000	1,32%
Glencore Mocambique	30.000	1,32%
Мог Тор	20.000	0,88%
Quotas proprios-imopetro (da	23.333	1,03%
	2.266.666	100%



(Montantes expressos em Meticais)

10.2 Quotas próprias

No prosseguimento da deliberação da Assembleia Geral dos sócios da IMOPETRO, em 12 de Dezembro de 2012, a IMOPETRO adquiriu, em 30 de Julho de 2013, pelo seu valor nominal ou seja 133.334 Meticais, a quota que era detida pelo sócio Chevron South Africa (Pty), Ltd.

Em 17 de Setembro de 2013, a IMOPETRO cedeu parte da sua quota própria no valor nominal de 30.000 Meticais ao novo sócio Puma Energy, Lda. Com esta cedência, a quota própria detida pela IMOPETRO na sociedade passou para 103.334 Meticais em 2013.

Em 9 de Janeiro de 2014, a IMOPETRO cedeu parte da sua quota própria no valor nominal de 30.000 Meticais ao novo sócio, African Petroleum, Lda. Com esta cedência, a quota própria detida pela IMOPETRO na sociedade passou para 73.334 Meticais.

Em 29 de Janeiro de 2015, a IMOPETRO cedeu parte da sua quota própria no valor nominal de 30.000 Meticais ao novo sócio, Glencore Moçambique, Lda. Com esta cedência, a quota própria detida pela IMOPETRO na sociedade passou para 43.334 Meticais.

Em 22 de Abril de 2015, a IMOPETRO cedeu parte da sua quota própria no valor nominal de 20.000 Meticais ao novo sócio, Moztop Moçambique, Lda. Com esta cedência, a quota própria detida pela IMOPETRO na sociedade passou para 23.334 Meticais.

10.3 Mapa de alterações no capital próprio

No exercício ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de Capital próprio:

11.575.976	650,694	26,273,264
650,694	(650.694)	-
•	2.893.925	2.893.925
12,226.670	2.893.925	29.167.189
2.893.925	(2.893.925)	-
-	(6.833.644)	(6.833.644)
15,120,596	(6,833.644)	22.333.545
	12.226.670 2.893.925	2.893.925 12.226.670 2.893.925 2.893.925 (2.893.925) - (5.833.644) 15.120.596 (6.833.644)

Reserva legal

De acordo com a lei vigente, a Empresa deverá transferir para Reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Artigo 444º do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só poderá ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Reserva livre

O saldo desta conta representa o fundo de admissão dos sócios na sociedade IMOPETRO.



(Montantes expressos em Meticais)

Outras reservas

Esta reserva foi construida para fazer face a investimentos futuros na empresa.

Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral de sócios, realizada em 10 de Agosto de 2017, o resultado do exercício anterior foi transferido para a rubrica de Resultados transitados.

11. Empréstimo obtidos

O saldo da rubrica de Empréstimos obtidos, refere-se às responsabilidades da Empresa com os contratos de Locação financeira relativos à aquisição de três viaturas, nas seguintes condições:

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Não correntes	1.415.356	1.395.632
Correntes	1.906.828	776.600
	3.322.184	2.172.232

Os empréstimos obtidos correntes detalham-se como segue:

Data de abertura	Data de vencimento	31-Dez-2017	31-Dez-2016
19-01-2015	21-06-2020	344.972	399.480
19-01-2015	05-02-2019	344.972	399.480
06-07-2015	05-06-2019	353, 134	596.672
01-06-2017	01-06-2021	372.27 9	-
	<u>-</u>	1.415.356	1.395.632
	19-01-2015 19-01-2015 06-07-2015	19-01-2015 21-06-2020 19-01-2015 05-02-2019 06-07-2015 05-06-2019	19-01-2015 21-06-2020 344.972 19-01-2015 05-02-2019 344.972 06-07-2015 05-06-2019 353.134 01-06-2017 01-06-2021 372.279

Os empréstimos obtidos não correntes são os seguintes:

Data de abertura	Data de vencimento	31-Dez-2017	31-Dez-2016
19-01-2015	21-06-2020	54.509	256.817
19-01-2015	05-02-2019	54.509	256.817
06-07-2015	05-06-2019	243.537	262.966
01-06-2017	01-06-2021	1.554.273	
	-	1.906.828	776.600
	19-01-2015 19-01-2015 06-07-2015	19-01-2015 21-06-2020 19-01-2015 05-02-2019 06-07-2015 05-06-2019	19-01-2015 21-06-2020 54.509 19-01-2015 05-02-2019 54.509 06-07-2015 05-06-2019 243.537 01-06-2017 01-06-2021 1.554.273



(Montantes expressos em Meticais)

12. Provisões

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Provisões para riscos e encargos		11.854.980
	•	11.854.980
O movimento ocorrido no exercício analisa-se como segue:		
	31-Dez-2017	31-Dez-2016
A 1 de Janeiro	11.854.980	•
Responsabilidades contigentes	•	11.854.980
Reversão	(11.854.980)	-
A 31 de Dezembro	•	11.854.980

A reversão ocorrida no exercício resulta do desfecho do processo judicial interposto pela G.S. Holdings, Lda contra a Empresa, no qual a Imopetro, foi condenada a pagar o valor de 10.775.942 Meticais, acrescido de custas judiciais no montante de 396.574 Meticais. Assim, o valor global do processo, no montante de 11.172.516 Meticais, foi registado em Outros gastos operacionais (Nota 18 e 7).

13. Outros passivos financeiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
Adiantamentos de clientes	25.612.220	9.828.664
Outros credores	-	9.617.259
	25.612.220	19.445.923
		



(Montantes expressos em Meticais)

O saldo da rubrica de Adiantamento de clientes corresponde aos valores recebidos das empresas gasolineiras para fazer face ao desalfandegamento de processos de importação de combustíveis. No final do ano tinham a seguinte composição:

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
BP Moçambique, Lda.	17,034.871	-
Engen Petroleum Moçambique	5.502.550	7.808.989
AFrox Moçambique , LDA	-	219.675
Total Mocambique, Sarl-Adiantamentos	1.800.000	1.800.000
Outros	1,274,799	-
	25,612,220	9.828.664
Outros credores analisam-se como segue:		

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
SGS Moçambique	•	4.309.990
Martest Cambriam	-	2.960.400
INTERTEK	-	569.207
Trabalhadores	-	1.245.607
Outros	-	532.055
		9.617.259

14. Outros passivos correntes

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	31-Dez-2017	31-Dez-2016
<u>Estado</u>		
IRPC a pagar (Nota 20)	480.846	405.822
Retenções na fonte	19.861	125.744
Tax as liberatórias	-	5,932,451
IRPS	545.148	479.782
lva a pagar	125.162	-
Impostos diferidos	-	595.402
INSS	201.865	178.697
	1.372.882	7.717.898
Acréscimos e diferimentos		
Vodacom, SA	107.506	-
Cilix Software , Lda	-	283.889
kanri Consultoria, Lda (Nota 18)	-	1.809.341
Electrecidade de Mocambique	25.048	-
Outros	75.090	460.404
	207.644	2.553.634
	1,580,526	10.271.532



(Montantes expressos em Meticais)

15. Prestação de serviços

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2017	2016
Receita de venda - Trânsito (a)	10.887.321	957.086
Comissão de Operadora (b)	47.860.536	32.954,589
Cadernos de encargos	10.732.800	24.511.716
Receita regularização aduaneira (c)	1.850.998	23.231.099
	71.331.655	81.654.491

- (a) O montante total reconhecido na rubrica receita de venda trânsito, refere-se às comissões de serviços cobradas pela Empresa no âmbito das operações de produtos petrolíferos em trânsito pelo território nacional. As referidas comissões, resultam da aplicação de um coeficiente de 0.40 sobre as quantidades físicas de produtos manuseados no território nacional.
- (b) O montante total reconhecido nesta rubrica refere-se às comissões de serviços cobradas pela Empresa no âmbito das operações de importações de produtos petrolíferos consumidos no território nacional. As referidas comissões resultam da aplicação de um coeficiente de 0.35 sobre as quantidades físicas de combustíveis descarregadas em cada importação e distribuídas às gasolineiras.
- (c) O montante total contabilizado na rubrica receita regularização aduaneira refere-se aos montantes cobrados pela Empresa na base do coeficiente de 0.4 sobre as execuções aduaneiras mensais efectuadas a favor das gasolineiras.

16. Custos com o pessoal

Esta rubrica inclui:

27.403.511 2.534.657 2.601.450 1.376.699	23.998.100 2.022.700 2.264.283
2.601.450	
	2.264.283
1.376.699	
	1.287.838
2.930.506	5.239.739
1.431.276	1.302.776
2.164.360	1.755.159
169.960	978.751
48.400	-
501.838	495.334
41.162.657	39.344.679
	48.400 501.838

O número médio de colaboradores durante o exercício foi de 27 (31 de Dezembro de 2016: 28).



(Montantes expressos em Meticais)

17. Fornecimentos e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros podem ser analisados como segue:

	2017	2016
Eletricidade	343.954	245.686
Combustivel e lubrificantes	1.056.103	802.718
Material de manutenção e reparação	1.592.276	1,159,677
Material de escritórios	638.385	682,530
Comunicações	3.341.582	3.936.136
Rendas e alugueres	2.643.735	2.311.756
Assistência técnica	15.530.436	15.171.701
Deslocações e estadias	792.698	1.664.320
Despesas de representação	99.252	115.636
Seguros	567.426	392.138
Trabalhos especializados	327.793	3.794,069
Vigilância e segurança	48.874	48.680
Responsabilidade social	460.172	937.631
Outros não discriminados	1.485.463	2.657.148
	28.928.149	33.919.826

18. Outros rendimentos e gastos operacionais

Os outros rendimentos e gastos operacionais apresentam-se como segue:

	2017	2016
Outros Rendimentos		
Abates de activos tangíveis	=	12,038
Outros	1.821.074	-
·	1.821.074	12.038
Outros Gastos		
Abates de activos tangiveis	236.907	446.302
Indemnizações (Notas 7 e 12)	11.172.516	•
Direitos aduaneiros	37.252	23,740
Quotzações	354,188	106,729
Impostos	13.704	7.150
Outros	105.836	102.403
•	11.920.402	686.324
	(10.099.328)	(674, 286)

O valor mais significativo em Outros rendimentos, no montante de 1.809.341 Meticaís, está relacionado com a anulação do saldo da kanri Consultoria, Lda. devido ao cancelamento do contrato de prestação dos serviços iniciado em 2016 (Nota 14).



(Montantes expressos em Meticais)

19. Rendimentos e gastos financeiros

Os rendimentos e gastos financeiros analisam-se como segue:

	2017	2016
Rendimentos financeiros		<u> </u>
Juro obtidos	1.179.791	1.823.453
Diferenças de câmbio favoráveis	5.205.074	17.567.925
Outros	21.264	3,205
	6.406.128	19.394.583
Gastos financeiros		_
Juros suportados	1.310.320	1.114.595
Diferenças de câmbio desfavoráveis	773.235	4.265.960
Outros	7	-
	2.083,562	5,380,554
	4.322.566	14.014.029

20. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento apresenta-se como segue:

	2017	2016
Resultado antes de imposto	(4.489.567)	5.222.963
A Acrescentar a matéria colectável		
Reitegrações e amortizações não aceites como custos	1.712.438	1.271.898
Impostos e Encargos por conta	4	-
Perdas por imparidade não dedutíveis	6.840.322	-
80% de Despesas de Representação	79.401	92.509
50% de Ajudas de custos	58.745	90.112
50% encargos com viaturas	1.054.639	1.069.818
Diferenças de câmbio não realizadas	986.720	1.819.448
Encargos com viaturas em leasing	849.294	532.587
Encargos sobre responsabilidade de outrem	132.947	*
Menos Valias contabilisticas	236.907	446.302
	11,951,412	5.322.673
	7.461.845	10,545.636
A deduzir á materia colectável		
Diferenças câmbais desfavoráveis não realizadas	136.603	3.267.393
Matéria tributável do exercicio	7.325.242	7.278.243
Taxa normal de imposto	32%	32%
Imposto (IRPC) apurado	2.344.077	2.329.038
Pagamento por conta	1.863.231	1.923.216
Imposto a pagar (Nota14)	(480.846)	(405.822)



(Montantes expressos em Meticais)

21. Partes relacionadas

As transacções entre as partes relacionadas apresentam-se como segue:

Sócios		Prestação de serviços
BP Moçambique, Lda	31-Dez-2017	6.250.281
BP Moçambique, Lda	31-Dez-2016	7.159.459
Petróleos de Moçambique, SARL	31-Dez-2017	15.597.893
Petróleos de Moçambique, SARL	31-Dez-2016	17.650.718
Petrogal de Moçambique, Lda	31-Dez-2017	6.430.454
Petrogal de Moçambique, Lda	31-Dez-2016	7.515.520
Engen Petroleum Moçambique	31-Dez-2017	4.068.853
Engen Petroleum Moçambique	31-Dez-2016	4.166.026
Total Moçambique, SARL	31-Dez-2017	4.614.410
Total Moçambique, SARL	31-Dez-2016	7.223.886
Petromoc e Sasol, SARL	31-Dez-2017	4.125.070
Petromoc e Sasol, SARL	31-Dez-2016	4.498.737
Exor Petroleum (Moç), Lda	31-Dez-2017	-
Exor Petroleum (Moç), Lda	31-Dez-2016	28.248
Ener Investments, SA	31-Dez-2017	-
Ener Investiments, SA	31-Dez-2016	81.992
IPM- Independent Petroleum Moçambique	31-Dez-2017	20.373
iPM- independent Petroleum Moçambique	31-Dez-2016	27.053
Puma energy	31-Dez-2017	5.633.134
Puma energy	31-Dez-2016	6.039.163
Petrogas, Lda	31-Dez-2017	386.903
Petrogas, Lda	31-Dez-2016	183.451
Vidas, Lda	31-Dez-2017	24.819
Vidas, Lda	31-Dez-2016	19.444
African Petroleum, Lda	31-Dez-2017	•
African Petroleum, Lda	31-Dez-2016	139.586
Glencore Moçambique	31-Dez-2017	386.924
Glencore Moçambique	31-Dez-2016	55.255



(Montantes expressos em Meticais)

Os saldos entre as partes relacionadas apresentam-se como segue:

Sócios		Clientes	Passivos Financeiros
Mobil	31-Dez-2017	319.179	•
Mobil	31-Dez-2016	319.179	-
BP Moçambique, Lda	31-Dez-2017		-
BP Moçambique, Lda	31-Dez-2016	1.704.178	
Petróleos de Moçambique, SARL	31-Dez-2017	1.007.719	17.034.871
Petróleos de Moçambique, SARL	31-Dez-2016	2.789.532	•
Petrogal de Moçambique, Lda	31-Dez-2017	774.994	•
Petrogal de Moçambique, Lda	31-Dez-2016	1.711.500	-
Engen Petroleum Moçambique	31-Dez-2017	-	5.502.550
Engen Petroleum Moçambique	31-Dez-2016		7.808.989
Puma Enegy	31-Dez-2017	1.151.267	-
Puma Enegy	31-Dez-2016	580.560	•
Total Moçambique, SARL	31-Dez-2017	2.028.009	-
Total Moçambique, SARL	31-Dez-2016	1,781.924	1.800.000
Petromoc e Sasol, SARI.	31-Dez-2017	1.007.951	-
Petromoc e Sasol, SARL	31-Dez-2016	509.842	-
Vidagás, Lda	31-Dez-2017	-	3.500
Vidagás, Lda	31-Dez-2016	135.319	-
Ex or Petroleum (Moç), Lda	31-Dez-2017	718.886	•
Ex or Petroleum (Moç), Lda	31-Dez-2016	713.886	-
Ener Investiments, SA	31-Dez-2017	18.881	-
Ener investiments, SA	31-Dez-2016	13.881	•
IPM- Independent Petroleum Moçambique	31-Dez-2017	•	-
IPM- Independent Petroleum Moçambique	31-Dez-2016	2.000	-
Engen Petroleum SA Pty, Ltd	31-Dez-2017	91.665	-
Engen Petroleum SA Pty, Ltd	31-Dez-2016	48.983	-
Petrogas, Lda	31-Dez-2017	-	19.345
Petrogas, Lda	31-Dez-2016	133.401	-
Glencore Moçambique	31-Dez-2017	110.438	•
Glencore Moçambique	31-Dez-2016	18.231	•
Moztop	31-Dez-2017	8.608	-
Mozłop	31-Dez-2016	1.288	-
Afrox Moçambique	31-Dez-2017	-	219.675
Afrox Moçambique	31-Dez-2016	-	219.675



(Montantes expressos em Meticais)

Associados			
Gfencore energy UK, Ltd	31-Dez-2017	2.523.910	-
Glencore energy UK, Ltd	31-Dez-2016	3.035.631	-
Augusta Energy	31-Dez-2017	•	-
Augusta Energy	31-Dez-2016	5.089.942	-
Engen Petroleum SA Pty, Ltd	31-Dez-2017	91.665	-
Engen Petroleum SA Pty, Ltd	31-Dez-2016	110.250	•
Martest Cambriam	31-Dez-2017	-	-
Martest Cambriam	31-Dez-2016	2.369.909	-
Outros	31-Dez-2017	8.770.947	-
Outros	31-Dez-2016	6.139.816	

Beneficios do pessoal chave de gestão

As remunerações do Conselho de Administração ascenderam a 6.419.832 Meticais durante o exercício de 2017 (6.914.207 Meticais em 2016).

22. Compromissos e contingências

Compromissos relativamente a locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2017, não existiam compromissos relativos a locações operacionais.

<u>Garantias</u>

a) Garantias bancárias no BCI:

Número da conta	Tipo de conta	Moeda	Saldo a 31-12-2017
147003691017	Garantia recebida	MZM	1.070.000
147003691018	Garantia recebida	MZM	1.070.000
147003691019	Garantia recebida	MZM	1.211.175
147003691023	Garantia recebida	MZM	2.150.000
147003691020	Penhor do depósito a prazo	MZM	2.000.000
147003691021	Penhor do depósito a prazo	USD	10.000



(Montantes expressos em Meticais)

23. Acontecimentos após a data de balanço

Não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a IMOPETRO que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

O TÉCNICO DE CONTAS

Martin Schemave

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO